

Genêro e Crédito no Oeste Potiguar:

uma experiência de inclusão e articulação



Maria de Fátima Paz Alves

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

GUILHERME CASSEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento
Agrário

MARCELO CARDONA ROCHA
Secretário-Executivo do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROLF HACKBART
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

ADONIRAN PERACI
Secretário de Agricultura Familiar

EUGÊNIO PEIXOTO
Secretário de Reordenamento Agrário

JOSÉ HUMBERTO OLIVEIRA
Secretário de Desenvolvimento Territorial

ANDREA BUTTO
Coordenadora-Geral do Programa de
Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e
Etnia

CAIO GALVÃO DE FRANÇA
Coordenador-Geral do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

ADRIANA L. LOPES
Coordenadora-Executiva do Núcleo de
Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

NEAD ESTUDOS 13
Copyright 2007 by MDA

PROJETO GRÁFICO, CAPA E
DIAGRAMAÇÃO
Leandro Celes

REVISÃO E PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS
Denise Oliveira

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO (MDA)
www.mda.gov.br

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO RURAL
(NEAD)
SCN, Quadra 1, Bloco C, Ed. Trade Center, 5º
andar, sala 501 – Cep: 70.711-902
Brasília/DF
Telefone: (61) 3328-8661
www.nead.org.br

PCT MDA/IICA – Apoio às Políticas e à
Participação Social no Desenvolvimento Rural
Sustentável

A474g

Alves. Maria de Fátima Paz.

Gênero e crédito no Oeste Potiguar: uma experiência de inclusão e
articulação. / Maria de Fátima Paz Alves. – Brasília : MDA, 2007.
64 p. ; 21 x 28 cm. -- (NEAD Estudos ; 13).

I. Título. II. MDA. III. Série. 1. Gênero – crédito agrícola – Brasil. 2.
Trabalhadora rural – Brasil. 3. Crédito agrícola – Brasil.

CDD 305.4

Gênero e Crédito no Oeste Potiguar:
uma experiência de inclusão e articulação

Maria de Fátima Paz Alves

MDA
Brasília, 2007







Sumário

Prefácio.....	6
Introdução.....	9
1 - O crédito, sua importância e entraves ao seu acesso pelas mulheres.....	17
2 - Breve história do GT de Gênero e Crédito no Oeste Potiguar.....	25
3 - O GT de Gênero e Crédito, as parcerias e a articulação.....	39
4 - Considerações finais.....	55
5 - Referências bibliográficas:.....	59



Prefácio

A experiência do Grupo de Trabalho de Gênero e Crédito do Oeste Potiguar, que trazemos ao público com grande satisfação, resulta do compromisso em manter público o debate sobre o direito das mulheres ao crédito como instrumento capaz de transformar as desigualdades entre homens e mulheres rurais promovendo a sua autonomia econômica e social.

Trata-se de uma experiência inédita no país no momento do surgimento, para organizar trabalhadoras rurais, debater, trocar experiências e, principalmente, articular diversos atores e atrizes sociais em busca do financiamento da produção por meio do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf).

O cenário deste relato está fortemente marcado por uma organização de cunho feminista de base popular na região e que conta com articulação nacional e internacional pela sua integração à Marcha Mundial das Mulheres e às organizações de economia solidária e feminista, além das redes que se organizam a partir da agroecologia.

O Centro Feminista 8 de Março, a partir do trabalho de base que realiza junto às organizações produtivas de mulheres nesta localidade, tomou a iniciativa de empreender esta recente caminhada para fazer valer seus direitos ao Pronaf Mulher. A inovação está em ter reunido, pela primeira vez, em âmbito local, organizações de mulheres, agentes financeiros, extensionistas, governo federal, além de organização não-governamental, portanto setores estratégicos para materializar o direito ao crédito. A articulação, como descreve a autora, não foi sempre tranqüila, mas o conflito levou à construção de soluções maduras e sustentáveis.

Embora sem acúmulo de experiência neste tipo de iniciativa por parte das organizações envolvidas, houve descoberta de estratégias eficazes que tornam a luta por crédito das mulheres potiguares uma experiência ousada e muito rica que merece ser difundida.



Foram essas características que levaram o governo federal por intermédio da Presidência da República, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a lançar no assentamento Milagre na região abrangida pelo GT compromissos para a consolidação do crédito para as mulheres trabalhadoras rurais no Dia Internacional da Mulher em 2005.

O MDA esteve presente na parceria do GT de Gênero e Crédito, seja por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), de sua Delegacia Federal no Rio Grande do Norte, do Projeto Dom Helder Câmara e da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) naquele estado, orientando, facilitando contato com agentes financeiros e viabilizando financiamento para assistência técnica e crédito.

Atitudes e experiências semelhantes à do GT de Gênero e Crédito do Oeste Potiguar são ainda escassas no país. Sensível a isso, o NEAD, por meio do PCT MDA/IICA – Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável, contratou Maria de Fátima Paz que, com muita seriedade e maturidade, realizou pesquisa de campo e a partir de sua síntese nos permitiu conhecer um pouco deste trabalho. Importante destacar que se trata de uma experiência ainda em curso – tanto os dados sobre o acesso das mulheres ao crédito como as demais informações apresentadas, relativos à experiência em 2005 –, o que indica necessidade de continuar no acompanhamento dessa forma de inserção das mulheres ao crédito.

Para além das mulheres do Oeste Potiguar, a leitura deste livro da Série NEAD Estudos nos leva a pensar sobre os itinerários que as trabalhadoras percorrem em busca de seus direitos, os desafios para a implementação das políticas públicas e a importância de integração entre o conhecimento prático que resulta da ação política das mulheres e as reflexões que as pesquisadoras têm por fazer.

Boa leitura!

Andrea Butto

Coordenadora do Programa de Promoção
da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

Conceição Dantas

Coordenadora do Centro Feminista 8 de Março

Adriana L. Lopes

Coordenadora-Executiva do Núcleo de
Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural







Introdução



Neste texto descrevemos e discutimos diversos aspectos relacionados à experiência de um grupo de trabalho criado no Rio Grande do Norte para tratar da relação entre gênero e crédito. O GT de Gênero e Crédito iniciado no segundo semestre de 2004 tem se apresentado como uma experiência rica principalmente por sua capacidade de discussão, articulação e resolução de entraves existentes na delicada relação entre as mulheres e o crédito no contexto local. Acreditamos que a descrição da atuação desse GT, sua história, configuração e dinâmica podem servir de inspiração para que em outros lugares se possa refletir e encaminhar ações relacionadas com a inclusão das mulheres na produção, em particular, sobre seu acesso ao crédito.

A discussão sobre o crédito para os/as trabalhadores/as rurais tem ganhado cada vez mais importância, tendo em vista a perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar e sua repercussão social. Considerando as desigualdades de gênero existentes em nossa sociedade, verifica-se, entretanto, que o incentivo ao crédito para a agricultura familiar ao longo dos anos pouco tem significado em termos de melhorias nas condições de vida das mulheres rurais, que permanecem como a população mais pobre entre os pobres.

Nessa perspectiva, e em atenção às reivindicações do movimento de mulheres, foi criada em 2003, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em consonância com o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), o Pronaf Mulher, linha de crédito direcionada às mulheres rurais, cujo acesso, ou, mais especificamente, a dificuldade nesse, se constituiu num dos principais motivadores para a criação do GT. As discussões no grupo, conforme poderá ser observado no texto, vão além do Pronaf Mulher, tendo por base uma visão de inclusão das mulheres no crédito e na produção como forma de contribuir para a melhoria de suas condições de vida e para seu processo de autodeterminação.

A pesquisa da qual deriva este trabalho pode ser situada dentro da abordagem qualitativa, que privilegia um nível de realidade que, em princípio, não seria quantificável. Trabalha-se nessa perspectiva, com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2002).

O texto se baseia em 18 entrevistas realizadas com pessoas pertencentes aos grupos e entidades que integram o GT ou que foram beneficiárias do Pronaf Mulher – 16

mulheres e dois homens¹ – e na observação direta de ações do Centro Feminista 8 de Março (CF8) – ONG feminista que presta assessoria a diversas entidades de assistência técnica e desenvolve atividades de formação e organização junto a grupo de mulheres de vários municípios da região – no assessoramento a grupos de mulheres e comissões de mulheres dos sindicatos rurais dos municípios de Governador Dix Sept Rosado, Caraúbas, Upanema, Apodi e Felipe Guerra durante o mês de junho de 2005.

Como suporte para a realização das entrevistas foi elaborado um roteiro semi-estruturado abordando questões relacionadas à participação no GT, percepção sobre a configuração das relações de gênero e condição da mulher nos processos produtivos em relação ao crédito e, ainda, sobre a participação das mulheres em grupos, associações, sindicatos e outros. Questionamos, também, sobre como têm se dado e quais são os impactos iniciais da aquisição do Pronaf Mulher nas localidades onde houve acesso a essa linha de crédito e implementação de projetos produtivos.

Durante o período da pesquisa, saíamos pela manhã acompanhadas de uma assessora do Centro Feminista 8 de Março², passando todo o dia ou parte dele nos municípios mencionados. Lá participávamos de reuniões e em seguida conversávamos e gravávamos entrevistas com algumas trabalhadoras rurais, particularmente com aquelas que tivessem participado do GT ou tivessem acessado o Pronaf Mulher. Em algumas dessas ocasiões entrevistamos profissionais (todas mulheres) que prestavam assistência técnica a grupos de mulheres de comunidades e assentamentos rurais e trabalhadoras rurais que ocupavam posição de liderança nos grupos, associações e sindicatos rurais. Na sede do CF8 entrevistamos duas assessoras e a encarregada do Programa de Documentação nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, que também integra o GT. Lá também entrevistamos duas trabalhadoras rurais que representam a Coordenação Oeste de Mulheres Rurais.

Tivemos oportunidade durante a pesquisa de visitar a sede da ONG Coopervida, onde fizemos entrevista com uma profissional que assessora grupos de mulheres, e conhecer

1 Foram gravadas entrevistas com sete trabalhadoras rurais representantes de vários grupos que integraram o GT e beneficiárias do Pronaf Mulher, cinco de Aters, dois funcionários do BNB, duas representantes do CF8, uma do Inbra e uma do PDHC. Também foram obtidas informações por meio de conversas informais principalmente nos grupos de mulheres que tivemos oportunidade de conhecer.

2 Durante os dias da pesquisa, fomos acompanhadas por Cláudia Lopes, assessora do CF8, a quem agradecemos o acolhimento e de quem obtivemos muitas informações sem ter, entretanto, tido condições de realizar uma entrevista formal.

o espaço Xique-xique, local no qual se coloca em prática uma experiência de comércio solidário em Mossoró. No Banco do Nordeste do Brasil de Mossoró entrevistamos dois funcionários e, em Recife, uma assessora do PDHC, na sede do Projeto.

As/os entrevistados/as em sua maioria se encontravam numa faixa etária adulta (entre 30 e 49 anos), seguida por adultos jovens (entre 24 e 30 anos). Em relação à cor/raça, verificou-se um certo equilíbrio entre pardos e brancos entre as/os entrevistados/as. Em geral houve disponibilidade das pessoas em falar, não tendo sido registrada nenhuma negativa à solicitação para a entrevista.

Após as entrevistas, realizamos a transcrição do material procedendo-se a uma síntese analítica em função dos objetivos do trabalho, quais sejam, descrever e discutir a experiência do Grupo de Trabalho sobre gênero e crédito instituído no Oeste Potiguar. Para elaboração do texto final também foram consultados relatórios de atividades do GT produzidos pelo CF8, que o coordena, além de outros documentos e bibliografia pertinente, relacionada ao contexto, temas e organizações abordados.

A área específica onde se desenvolve o GT é a mesorregião Oeste do Rio Grande do Norte, envolvendo principalmente municípios pertencentes ao Território de Apodi, área de clima semi-árido, constituída pelos municípios de Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix Sept Rosado e Upanema. Esta área abrange cerca de 1.556,01 km e tem uma população de 30.412 habitantes, segundo o Censo de 2000; dos quais 41% situam-se na zona rural. Nos cinco municípios encontram-se 15 áreas de assentamento e quatro comunidades dedicadas à agricultura familiar (Cadernos 8 de Março, 2003).

Dados do Censo de 2000 indicam que na zona rural o número de mulheres é inferior ao de homens, o que representa um indicador de que as políticas públicas voltadas para a agricultura não têm contribuído de modo eficaz para uma mudança na condição de vida das mulheres, em grande medida por considerá-las apenas como mães ou esposas de agricultores e não como agricultoras, como de fato são. Assim sendo, sem perspectivas concretas de subsistência, muitas delas terminam por saírem do meio rural para buscar trabalho e reconhecimento pessoal em outros lugares (Cadernos 8 de Março, 2003).

Não obstante as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, e talvez mesmo por conta delas, há nesta região um significativo processo de organização das mulheres, que tem contribuído para dar visibilidade a sua atuação, necessidades e interesses, resultando em conquistas para elas e para o conjunto das famílias rurais daquelas localidades.

As/Os entrevistadas/os sempre enfatizavam, quando discutíamos sobre a constituição do GT, que a história não começa neste momento – tanto a criação do Grupo de Trabalho quanto a demanda pelo crédito por parte das mulheres –, é parte de uma história que se inicia muito antes.

Um marco importante para se pensar o atual processo de participação política das mulheres do Oeste foi o primeiro encontro de mulheres trabalhadoras rurais da região realizado em 1994, que contou com 170 trabalhadoras rurais dos assentamentos e comunidades rurais desta mesorregião. Neste encontro foram definidas estratégias para organização de mulheres em cada assentamento e município envolvidos, sendo então a principal reivindicação das mulheres o direito a participação como sócias nas associações rurais dos seus assentamentos, tendo em vista que em praticamente todos os estatutos das associações só era permitida a filiação do homem, que detinha o título da terra (Cadernos 8 de Março, 2003; Silva; 1997).

Esse primeiro encontro, além de representar um marco no processo de organização dos grupos rurais, foi um dos alicerces para a idéia de se desenvolverem parcerias institucionais entre ONGs e com programas governamentais, a exemplo do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), com o qual várias ações foram realizadas desde então. A partir dele também se consolidou a proposta de realização de encontros anuais de mulheres rurais como parte da trajetória de organização das mulheres.

O lançamento em nível nacional da Campanha de Documentação das Mulheres Rurais em 1995 representou mais um impulso para o movimento, tendo em vista principalmente seu contato com outras organizações de trabalhadoras rurais, como a Articulação de Mulheres Rurais – grupo organizado na região Sul do Brasil. A Campanha de Documentação tinha como objetivo garantir as mulheres rurais acesso a documentos pessoais básicos, entre eles o registro como trabalhadora rural, na categoria de produtora, pré-requisito para o reconhecimento de sua cidadania e inclusão em projetos com vistas a geração de renda (Silva, 1997).

A formação de grupos autônomos nos assentamentos e comunidades favoreceu a um questionamento das relações desiguais entre homens e mulheres, reivindicando-se para as mulheres posições de liderança nesses espaços. Isso se tornou fato e se evidencia claramente na pesquisa realizada no Território de Apodi (Cadernos 8 de Março, 2003), quando ficou constatado que das 715 mulheres entrevistadas 63% participavam de algum grupo no assentamento ou comunidade.

Segundo revela esse levantamento, os grupos de mulheres cumprem um papel importante nos assentamentos e representam uma de suas maiores conquistas na região nos últimos 10 anos. Foi a partir de sua atuação em vários momentos decisivos que as comunidades obtiveram conquistas importantes. Ele revela também que a atuação dos grupos de mulheres desencadeou o avanço de parte da estrutura sindical e das associações de comunidade.

Hoje, as mulheres possuem identidade de luta centrada numa dupla frente de atuação: a consolidação dos grupos autônomos e a maior presença nos espaços mistos de representação, principalmente no movimento sindical, no qual participam das comissões de mulheres e em alguns casos fazem parte das diretorias sindicais.

Além do processo de organização política, as mulheres rurais têm discutido ao longo de sua história outras temáticas, tais como: saúde sexual, direitos reprodutivos, autonomia pessoal, relações de gênero, associativismo, projetos produtivos e cidadania, documentação e seguridade social, o que tem trazido importantes repercussões para suas vidas. O CF8, principalmente, e mais recentemente outras ONGs que prestam assistência técnica aos assentamentos e comunidades rurais e trabalham com a perspectiva de gênero têm contribuído neste processo assessorando estes grupos, que, por sua vez, cada dia mais tendem a se tornarem autônomos (Silva, 1997).

A Coordenação Oeste, criada em 2000, é uma das expressões desta autonomia. Trata-se de um núcleo que aglutina diversos grupos de mulheres, tendo à frente seis lideranças escolhidas nos encontros anuais de trabalhadoras rurais, que representam cinco municípios da região. Seu objetivo é contribuir para o fortalecimento do processo de auto-organização das mulheres rurais desses municípios, incentivando a formação de grupos autônomos e sua participação no meio sindical e nos movimentos sociais em geral. Desde a formação da primeira Coordenação Oeste, tem se desenvolvido um processo importante de crescimento organizativo, inclusive, em alguns grupos, aliando-se à organização política uma estrutura de produção coletiva e de geração de renda para as mulheres (Cadernos 8 de Março, 2003).

No ano de 2000, com a articulação da Marcha Mundial das Mulheres e da Marcha das Margaridas, a Coordenação Oeste se fortaleceu politicamente. A participação das trabalhadoras rurais nesses eventos foi significativa para a consolidação do movimento de mulheres no Oeste. Em 2003, houve a segunda marcha, na qual mulheres rurais do Oeste Potiguar também se encontravam entre as 30 mil mulheres que seguiam

em passeata rumo ao Palácio do Planalto, reivindicando uma pauta que tinha como princípios: o direito à água, terra, combate à violência, salário digno e saúde³ (Páginas Feministas, 2003).

Evidentemente, mesmo com um processo de organização consolidado, as mulheres do Oeste vivenciam em seu cotidiano dificuldades relativas às desigualdades de gênero, por exemplo: a maioria não possui título da terra; têm dificuldade de ocupar posições de liderança em associações e sindicatos; mesmo sendo ativas na luta pela conquista da terra quase sempre ficam fora dos processos de decisão e dos aprendizados sobre as novas formas de produção e dos créditos obtidos, ainda que esses supostamente devam atender aos interesses e necessidades de todos os membros da família (Páginas Feministas, 2003, Cadernos 8 de Março, 2003).

É nesse cenário, aqui brevemente esboçado, que surge a discussão sobre o crédito a partir do início desta década, aliado a discussão sobre geração de renda para as mulheres rurais, e se intensifica com o conhecimento sobre o surgimento do Pronaf Mulher em 2003. No desenvolvimento do texto que se segue abordamos mais diretamente essas questões ao discorrermos sobre como se deu a constituição do GT de Gênero e Crédito do Oeste Potiguar.

Inicialmente, abordaremos algumas das principais questões que se colocam na discussão sobre as mulheres e o crédito nas localidades – objeto da análise, focalizando os principais entraves ao seu acesso por elas. Em seguida, apresentamos a história do GT, uma história viva já que ele continua seu trabalho e a cada dia surgem novos desafios na sua atuação. Na última parte do texto, discorreremos sucintamente sobre as parcerias que configuram o GT, procurando evidenciar como se dá a articulação entre os/as vários/as atores/atrizes e como estes/as com as suas peculiaridades têm efetivado suas contribuições ao grupo. Encerramos com uma síntese conclusiva, atendo-nos ao que a reflexão sobre a experiência nos conduziu.

3 Durante a pesquisa de campo pudemos ver várias fotos das mulheres nessas marchas e observar o quanto sua participação nesse evento foi importante em nível pessoal bem como para impulsionar seu processo de organização.





O crédito, sua importância e entraves ao seu acesso pelas mulheres

A questão do crédito adquire um grande significado social quando se considera a condição da mulher rural. Dada a invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano da unidade familiar, o acesso ao crédito pode favorecer a que as mulheres possam gerir uma atividade própria, seja de iniciativa individual ou coletiva, possibilita que possam contribuir efetivamente para a renda familiar, o que repercute no aumento de sua autonomia e numa maior participação pública e política.

Para uma entrevistada, que presta assessoria a grupos de mulheres:

“O crédito traz vida nova para as mulheres, quando a gente vê uma mulher que acessou o crédito, vê nela uma mudança. Todo mundo pergunta e elas dizem logo: hoje a gente se sente muito mais importante, porque a gente contribui. Hoje tem pouquinho, mas quando elas estiverem contribuindo daqui a uns três anos diretamente com a renda da família, elas vão se sentir ainda mais valorizadas”.

Outra entrevistada atenta para o maior poder de barganha que as mulheres podem vir a ter dentro da família a partir do acesso ao crédito e inserção em projetos produtivos, considerando que isto pode contribuir para o processo de autodescoberta das mulheres como sujeitos capazes de atuar e serem bem-sucedidas no espaço público. Pode também contribuir para que reconheçam que já estão inseridas num processo produtivo por meio do trabalho realizado na unidade doméstica familiar, passando a questionar outros aspectos relativos as hierarquias sociais e de gênero. Observemos sua fala:

“...Eu acho que as mulheres quando têm acesso ao crédito e conseguem construir algum bem, têm maior poder de barganha dentro da família... as mulheres tendo acesso ao crédito mexe com a estrutura de poder dentro da família, e uma coisa boa é que as mulheres se sentem gente... A gente tem sempre em mente que estes projetos são meios e não fins. Ele é um meio para que as mulheres percebam que existe uma exploração, uma divisão sexual do trabalho e que elas têm que discutir esta divisão...” (Conceição, CF8, Mossoró).

Uma agricultora que acessou recentemente com o Pronaf Mulher também destaca o significado positivo do crédito:

“Eu acho importante porque a partir daquele crédito ela vai ter uma profissão dela mesma, ser agricultora, se relacionar melhor, ter uma ocupação não só doméstica, e uma ocupação fora de casa para ter um meio de vida pra ela não ficar dependendo só do marido”. (Ceci, Apodi).

O crédito, se por um lado representa possibilidade de mudanças positivas, também representa ônus e responsabilidades a mais a serem assumidas pelas mulheres. Abordar o crédito na perspectiva do processo de autodeterminação das mulheres significa pensar num processo de sensibilização das entidades ligadas ao crédito e no fortalecimento do processo organizativo das mulheres. É importante se garantir que os avanços que se tem se obtido, frutos das reivindicações do movimento de mulheres, venham de fato repercutir em resultados concretos na vida das mulheres e de suas famílias.

É nesta perspectiva que apresentamos a seguir alguns dos principais entraves que dificultam o acesso das mulheres ao crédito, a partir dos dados coletados sobre a realidade das mulheres do Oeste Potiguar, relacionados principalmente à experiência com o Pronaf Mulher⁴. Eles vão desde aspectos de natureza estrutural àqueles de ordem prática, tendo em comum a origem nas desigualdades sociais e de gênero. São eles:

4 Lançado em junho de 2003, o Pronaf Mulher é uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) direcionada a agricultoras familiares, assentadas, arrendatárias, parceiras meeiras, pescadoras artesanais, extrativistas e quebradeiras de coco que possuam renda anual bruta a partir de R\$ 2.000. Segundo o MDA, o Programa foi criado principalmente para atender a uma demanda dos movimentos sociais. A idéia é que as mulheres possam ter acesso a financiamento para o desenvolvimento de suas atividades produtivas e que essa linha seja um crédito a mais para a família, que poderá continuar acessando as outras linhas de crédito do Pronaf. Poderão ter acesso ao Pronaf Mulher mulheres enquadradas nos Grupos C, D ou E do Programa, sempre que o projeto técnico ou a proposta de crédito contemplar atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar. Poderá ser concedido apenas um financiamento por unidade familiar, de R\$ 1.500 a R\$ 6.000 para aquelas que se enquadram no Grupo C, de no máximo R\$ 18.000 para as que se enquadram no Grupo D, e um teto de R\$ 36.000 para as agricultoras pertencentes ao Grupo E. Os recursos podem ser pagos em até oito anos a juros que variam de 4% a 7,25% ao ano, conforme o grupo de renda a que pertencam.

- Visão produtivista da agricultura familiar que favorece a que não se reconheça que existem na unidade doméstica pessoas com desejos, vontades e interesses diferenciados.
- A representação naturalizada do homem como chefe da família e responsável pela produção, que conduz a uma concepção masculina dessa unidade familiar. Como conseqüência, verifica-se uma desvalorização e marginalização das atividades realizadas pelas mulheres, nas esferas produtiva e reprodutiva. A mulher é vista comumente como mãe, filha ou mulher de agricultor e não como agricultora.
- Desinformação e falta de sensibilização por parte das instituições públicas acerca das demandas, interesses e direitos das mulheres.
- Prática profissional da assistência técnica, que desconsidera ou desvaloriza a atuação das mulheres na produção familiar, centrando sua atuação na figura masculina, o que reforça as hierarquias sociais existentes. Em alguns casos, mesmo quando se afirma considerar as diferenças de gênero, se pensa o trabalho com as mulheres como algo separado das questões “mais importantes”, reiterando-se as dicotomias produção/homens-reprodução/mulheres.
- Perspectiva sexista na elaboração e gestão dos projetos por parte da assistência técnica e das associações rurais, prevalecendo quase sempre os interesses e necessidades masculinas.
- Falta de flexibilidade por parte da assistência técnica para atender as demandas específicas das mulheres, impondo “pacotes prontos”.
- A divisão sexual do trabalho doméstico: As mulheres rurais participam de atividades tanto produtivas como reprodutivas, estabelecendo-se quase sempre uma rotina de trabalho exaustiva. A possibilidade de novas tarefas e atribuições – com a participação pública e aquisição do crédito, demanda negociações ou rearranjos em relação aos cuidados domésticos – representa algo bastante difícil num contexto de hierarquia e dominação masculina.
- Temor das mulheres de se endividarem e/ou de terem que lidar com instituições tais como bancos e órgãos governamentais, identificadas com a figura masculina principalmente no universo rural.

- Intervenção por parte dos companheiros, criando empecilhos para que as mulheres possam vir a se organizar e/ou acessar o crédito, ou de outra parte, tutelando o empreendimento ou o recurso auferido por meio do crédito. Nesse caso, a mulher intermedeia a aquisição de um recurso a ser utilizado segundo os desejos e interesses de outrem.
- A falta de documentação das mulheres rurais⁵. Embora seja um direito básico ainda existem muitas mulheres sem documentos no campo.
- Falta de conhecimento e domínio por parte das mulheres rurais dos trâmites relacionados às instituições públicas e outras referentes à produção e ao crédito.
- Práticas de atendimento e avaliação técnica perpassadas por um viés sexista ou “neutras” do ponto de vista de gênero por parte das agências financeiras. Isso se reflete, entre outros aspectos, no desconhecimento das linhas de crédito que tem como alvo as mulheres ou no baixo interesse em operacionalizá-las; nas planilhas de crédito, que dificultam a apreensão de aspectos específicos relativos às práticas produtivas das mulheres.
- Dificuldade para emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf, documento que comprova que a mulher é agricultora.
- Falta de apoio das associações e dos sindicatos rurais às iniciativas das mulheres, em particular daquelas relacionadas aos projetos produtivos e ao acesso ao crédito.

Como se pode observar nesse breve levantamento, os entraves são de várias ordens e demandam diversificados aportes e soluções, que representam desafios para o movimento de mulheres e para as várias entidades que se relacionam diretamente com o crédito ou com questões que dizem respeito aos direitos econômicos e sociais das mulheres.

Discutir a relação mulheres-crédito implica em refletir sobre o viés de gênero presente no acesso ao crédito e sua aplicação nas zonas rurais. Ele é pensado no masculino, sintetiza

5 Como parte do Programa Nacional de Documentação da Mulher Rural, o MDA, em conjunto com outros órgãos governamentais e não-governamentais, tem emitido desde 2004 documentos civis e trabalhistas para as mulheres rurais em 26 estados da federação. Foram expedidos em 2004 62.480 documentos e em 2005, segundo informe do MDA, 148.520.

em seus vários momentos – desde o projeto e sua avaliação nas agências financeiras, ao acesso, realização dos investimentos, obtenção de rendimentos e sua aplicação – seus interesses e necessidades dentro da unidade familiar rural. Também em refletir-se sobre a condição das mulheres nas zonas rurais e a demanda por transformações, visando uma desnaturalização das concepções e ações que fundamentam essa realidade.

A criação do Pronaf Mulher e a busca pelo acesso a essa linha de crédito pelas mulheres têm tido como repercussão um aumento na demanda pela discussão do crédito para as mulheres da região, favorecendo também seu processo de auto-organização. As questões aqui abordadas e as dificuldades aqui colocadas talvez não tivessem vindo à tona sem o desafio trazido por essa nova linha de crédito. A fala a seguir deixa claro o impacto do Pronaf Mulher para essa discussão na região:

“Eu acho que o Pronaf Mulher tá cumprindo um papel de fomentar a mobilização das mulheres, delas perceberem que é possível acessarem porque antes não tinha essa discussão. Só pra você ter uma idéia, mulher não discutia Pronaf coisa nenhuma, Pronaf era coisa de homem, não chegava nem ao nível do Pronaf. Eu digo: nem que elas não consigam ter acesso ao Pronaf Mulher, mas só o fato delas se aproximarem do Programa, porque Pronaf é coisa masculina, isso já é importante”.
(Conceição, CF8, Mossoró).

Não obstante o impulso trazido pelo Pronaf Mulher, o acesso a ele ainda tem sido pouco significativo na região e em todo o país⁶. Os empecilhos são enormes e de várias ordens, conforme colocado. É interessante que a mobilização que tem ajudado a fomentar possa traduzir-se em aperfeiçoamentos e construção de novas alternativas neste difícil campo dos direitos econômicos das mulheres. Algumas entrevistadas acreditam que podem ser forjados mecanismos que resultem, por exemplo, numa participação ativa das mulheres nas diversas linhas do Programa, desde o Pronaf A.

Não se pode pensar em desenvolvimento sustentável e inclusão social sem levar em conta a equidade de gênero. Há vários desafios que se colocam nesse sentido, sendo

⁶ No ano safra 2003-2004, apenas 469 contratos do Pronaf Mulher foram formalizados em todo o país, o que representou a liberação de R\$ 2,54 milhões. No ano safra seguinte, o desempenho da linha melhorou, o número de contratos firmados subiu para 2.486 e o montante envolvido chegou a R\$ 21.585 milhões.

um dos mais importantes trazer para o conceito de agricultura familiar os desejos e interesses das mulheres. Foi partindo dessas reflexões que foi criado no Rio Grande do Norte um grupo de trabalho para tratar da relação entre gênero e crédito, o GT de Gênero e Crédito do Oeste Potiguar, cuja história ainda em curso, colocamos em destaque a seguir.





2

Breve história do GT de Gênero e Crédito no Oeste Potiguar



O início

A idéia de criação de um grupo de trabalho sobre gênero e crédito partiu de várias entidades que trabalham com comunidades e assentamentos rurais na região Oeste do Rio Grande do Norte, tendo em vista a demanda percebida nos contatos e discussões com as mulheres. Essas discussões se intensificaram quando se soube da existência do Pronaf Mulher, linha de crédito direcionada para mulheres rurais sobre a qual havia pouca informação até então.

A partir das discussões iniciais envolvendo várias entidades que atuam na região, o Centro Feminista 8 de Março (CF8) em articulação com as demais organizações tomou a iniciativa de convocar um seminário com as entidades interessadas ou envolvidas com a questão do crédito, contando com a participação de representações das mulheres e sindicatos rurais, a partir do qual foi decidida a formação de um GT para discutir gênero e crédito.

O seminário “Política de Crédito e Assistência Técnica Rural: construindo ações de igualdade” foi realizado em setembro de 2004 com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), abrindo caminho para a criação do GT de Gênero e Crédito. No seminário foram assumidos diversos compromissos das instituições com as mulheres, de quem partiu a demanda, constituindo-se a partir de então como mecanismo para efetivação desses compromissos, o GT de Gênero e Crédito.

Conforme deixam claro os/as entrevistados/as, a história não começa com o GT nem com o seminário, ela é anterior e tem por base a luta das trabalhadoras rurais pela sua inserção econômica e social, ganhando maior impulso com o surgimento do Pronaf Mulher - particularmente pelo questionamento sobre o porquê de tanta dificuldade para participar de uma linha de crédito cujo principal objetivo era favorecer o acesso das mulheres a atividades produtivas.

Na base da reflexão que conduziu a formação do GT está a idéia de que o crédito é muito importante para as mulheres rurais, podendo contribuir tanto para favorecer seu processo de autodeterminação quanto para fortalecer a família rural – que historicamente não tem se levado em conta a dinâmica das relações de gênero no contexto da pequena produção camponesa ao se pensar o crédito rural, fazendo-se necessário desmistificar-se

a neutralidade desta política pública, reconhecendo-se as múltiplas faces da realidade e as desigualdades sociais existentes, entre as quais, aquelas que dizem respeito às relações assimétricas entre homens e mulheres.

A idéia inicial era juntar num mesmo espaço representantes de várias entidades envolvidas com acesso ao crédito e/ou que trabalhassem com a questão da mulher ou mesmo com questões relacionadas à pequena produção rural, para discutir em conjunto com as organizações das mulheres suas demandas, procurando esclarecer pontos obscuros e entraves que se apresentavam naquela ocasião.

Na perspectiva de fazer com que uma política pública, no caso, de crédito, se concretizasse, focalizou-se inicialmente o Pronaf Mulher, objetivando-se entender suas possibilidades e limites, visualizar entraves e obstáculos relacionados ao seu acesso pelas mulheres e procurar resolvê-los com a participação ativa de todos os envolvidos no GT. Paralelamente, refletiu-se também sobre aspectos ligados ao crédito, não necessariamente relacionados ao Pronaf Mulher, pensando-se ações de impacto a médio prazo e que se estendessem para além das propostas circunscritas ao GT.

A dinâmica de funcionamento do GT foi pensada a partir da condução do CF8, que puxou a discussão sobre crédito e coordenou os encontros do GT, procurando garantir-se que os/as diversos/as atores envolvidos/as fossem ouvidos/as, levando em conta o protagonismo do movimento das mulheres e seus interesses nas discussões. O conhecimento e legitimação do trabalho exercido por essa entidade, além do reconhecimento da maioria dos participantes sobre a necessidade e importância de se fortalecer o papel das mulheres na sociedade, têm favorecido a que os processos no GT transcorram sem maiores conflitos e se possa focalizar nos objetivos propostos.

O GT de Gênero e Crédito teve seu primeiro encontro em outubro de 2004, na sede do CF8, onde também tem ocorrido as demais reuniões⁷. Estiveram presentes nesta reunião representantes de várias entidades de assistência técnica⁸, das organizações

7 O GT se reúne mensalmente durante o expediente da manhã, entre 9h e 13h. Os custos com sua realização, relacionados principalmente ao transporte e alimentação dos/as participantes, têm sido arcados pelas entidades envolvidas e pelo PDHC e o CF8, no caso da representação do movimento de mulheres.

8 Estiveram representadas as seguintes entidades: Centro Pedra de Abelha, Atos, Sertão Verde, Ceacru, Coopervida. Terra Viva e Ceatica vieram a participar de reuniões posteriores. Todas elas têm atuação na zona rural de Mossoró e nos vários municípios da região.

de mulheres de vários municípios da região⁹ e dos órgãos governamentais: Delegacia do MDA e Inbra. Nesse encontro se refletiu sobre o que fora discutido no seminário realizado no mês anterior, procurando-se vislumbrar perspectivas para uma atuação conjunta em torno da questão do crédito. Visualizou-se o quadro demonstrativo do acesso ao Pronaf na região, constatando-se o pequeno acesso das mulheres ao crédito. Sobre o Pronaf Mulher, observou-se que no contexto do Plano Safra 2003/2004 não tinha havido nenhuma participação na região. Verificou-se também que houve pouca divulgação dessa linha de crédito; que os bancos não sabiam operar com o Pronaf Mulher ou mesmo diziam ser ilegal. Destacando-se, no entanto, o papel das organizações de mulheres que cada vez mais se preocupavam com a questão dos direitos econômicos.

Refletiu-se ainda sobre a extensão rural e a necessidade de que ela enfrentasse as desigualdades de gênero, considerando particularmente a nova política setorial do MDA que apontava para uma perspectiva favorável à desnaturalização das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho e reconhecimento político e social do trabalho das mulheres. Pensou-se ainda em diversas estratégias de acesso das mulheres ao crédito, entre as quais: a realização de um investimento em divulgação do Pronaf Mulher, o incentivo a discussão sobre essa linha de crédito e o acompanhamento de sua implementação pelo GT. Também foram reiterados compromissos estabelecidos com os bancos e assistência técnica no sentido de viabilizar as propostas das mulheres ainda naquele semestre. Por fim, procurou-se identificar as localidades nas quais era possível pensar-se na elaboração de projetos naquele momento, considerando que já se desenvolvia um processo de discussão com as mulheres sobre financiamento de atividades produtivas e sobre o Pronaf Mulher.

Nessa etapa, o grupo por meio de oficinas construiu o que pretendia do GT, apontando-se os objetivos que se queria atingir e desenhando a organização das reuniões, datas e horários. Ficou definido que as reuniões do GT aconteceriam mensalmente e que seria convidada para participar a representação das mulheres da Comissão de Mulheres dos Sindicatos das Trabalhadoras Rurais (CMSTR), dos grupos de mulheres dos assentamentos e comunidades rurais e da Coordenação Oeste de Mulheres; entidades de assistência técnica rural; instituições públicas (PDHC, Inbra, Delegacia do MDA) e financeiras (Banco do Nordeste do Brasil e Banco do Brasil). Pensou-se ainda que outras

9 Representantes das comissões de mulheres dos municípios de Felipe Guerra, Governador, Upanema e grupo de mulheres do PA Nova Vida. Representantes de outros municípios, de outros grupos de mulheres e da Coordenação Oeste também vieram a se incorporar posteriormente.

organizações ou grupos poderiam vir a ser incorporados ao processo caso se colocasse como demanda no desenvolvimento das ações do GT.

Ficou estabelecido como objetivos do GT: discutir políticas de crédito para as mulheres; estudar e propor alternativas de crédito; monitorar as ações de crédito na região; diagnosticar os entraves no Pronaf Mulher e encaminhar ações de superação; socializar questionamentos e experiências; articular e estimular a constituição de redes.

A experiência: o que se fez e se aprendeu no GT, dificuldades e entraves do caminho

Durante os encontros do GT foram discutidas e encaminhadas algumas propostas para obtenção do Pronaf Mulher, acompanhando-se todo o desenrolar de um processo, desde a formulação dos projetos até a obtenção do crédito, o que favoreceu a visualização das dificuldades desse percurso¹⁰.

Foi estabelecido como critério na seleção das propostas a serem acompanhadas no GT, além dos pré-requisitos obrigatórios para obtenção do crédito – ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), não estar inadimplente, ter um projeto tecnicamente viável, se encontrar já em condições de acessar o Pronaf C, D ou E¹¹ –, a participação das mulheres em grupos organizados. Das propostas inicialmente colocadas em discussão no GT, seis, de seis localidades, seguiram no processo até o final, sendo contempladas.¹²

A perspectiva de priorizar na seleção das propostas mulheres inseridas num processo de auto-organização, e de preferência projetos coletivos, teve como pressuposto a visão do crédito como algo que pode favorecer a autonomia das mulheres, se elas de fato puderem gerir seu empreendimento, responsabilizando-se individual e coletivamente pelo ônus do débito e usufruindo dos resultados de seu investimento em conjunto com suas famílias. Vislumbra-se por outro lado – caso este seja feito sem o devido amadurecimento, sem que elas estejam à frente da gestão – o risco de que além de não contribuir para o seu processo de autodeterminação, gere endividamento e dependência. A responsabilidade de todos envolvidos no processo, em particular da

10 Existem na região projetos produtivos financiados pelo FISP e pelo PDHC.

11 Foram realizadas oficinas sobre Pronaf Mulher com os diversos grupos de mulheres dos municípios da região.

12 Os projetos encaminhados privilegiaram atividades produtivas coletivas das mulheres em relação ao beneficiamento de polpa, mel e caju, apicultura e caprinocultura leiteira.

assistência técnica, tem sido bastante discutida no GT, tendo em vista evitar futuras frustrações e/ou fracassos e suas repercussões na vida das mulheres e nas iniciativas que visam sua inclusão social.

Na formulação das propostas foi fundamental a participação da assistência técnica, que elaborou em conjunto com as mulheres os projetos produtivos, vivenciando na prática os entraves do processo e trazendo para o GT problemas e “angústias” que eram socializados com os/as demais integrantes do grupo, de quem se requeria, além de compreensão e apoio, ação na resolução dos problemas. Com o andamento do GT e a contribuição trazida pelos/as parceiros/as se consolidou um processo por meio do qual ao surgirem os entraves estes eram discutidos, sendo encaminhadas, em função das atribuições das várias organizações presentes, tarefas relativas a sua resolução, que deveriam ser cumpridas até a próxima reunião ou em um prazo previamente estabelecido.

Essa dinâmica de trabalho se mostrou bastante eficaz, principalmente devido à articulação e interesse dos vários envolvidos em concretizar um processo, configurando-se, em função dela, novas possibilidades. Sobre isto, observemos a seguir as falas de Cláudia, da Terra Viva, e Lívia, do Centro Pedra de Abelha, ONGs que prestam assistência técnica nas áreas rurais dos municípios da região:

“No primeiro momento, a gente sentiu dificuldades na planilha, havia problemas, então a gente foi lá no GT para colocar isso. A gente ia detectando os problemas, colocando no GT e isso ia sendo acompanhado no grupo e, dentro dele, a gente tomava as mediadas que era possível”.

“O GT possibilitou o fortalecimento das discussões em torno dos problemas que as próprias Aters sofriam, os entraves que elas tinham na hora de resolver. Porque lá houve muito espaço para essa discussão sobre os entraves, problemas com planilhas, problemas de acesso às famílias, problemas com os maridos, e tudo isso eram angústias para serem colocadas e discutidas. Eu acho que por ser uma discussão com vários, se produzia conhecimento e resultados”.

A concretização de um processo com o encaminhamento e aprovação do crédito, mesmo atingindo-se um número relativamente pequeno de mulheres, foi algo muito importante para todos/as aqueles/as que participaram do GT. Eles/as tiveram oportunidade de acompanhar um processo que se iniciou com discussões e questionamentos em torno do acesso ao crédito pelas mulheres, detendo-se principalmente no Pronaf Mulher, passando pela elaboração de projetos pela assistência técnica, visualização dos diversos obstáculos e elaboração de estratégias, visando sua resolução pelos diretamente envolvidos, muitos dos quais, participavam do GT ou poderiam ser acessados por integrantes deste.

Um dos problemas que ficou mais evidente quando se iniciou a elaboração dos projetos foi a dificuldade de operacionalização das planilhas de crédito pela assistência técnica. Para tentar resolver essa dificuldade, foi sugerida pelo grupo e encaminhada pelo representante do BNB a realização de capacitação para as entidades responsáveis pela elaboração de projetos e outros interessados ligados ao GT, sendo designada uma funcionária do banco para dar orientação, treinamento prático e tirar dúvidas sobre o preenchimento das planilhas. Esse, entre outros exemplos, indica a ocorrência de uma experiência de articulação, centrada na relação entre parceiros/as, que teve como consequência a eficácia na resolução de problemas, verificando-se o fechamento de um ciclo, num processo que dificilmente teria ocorrido sem o trabalho do GT. Essa concretização e seu significado para os integrantes do GT ficam claros nas palavras de alguns dos entrevistados:

“...Eram reuniões participativas, mas não ficava só na parte do diagnóstico. Então as pessoas daqui do CF8, que liderou esse processo no município de Mossoró, traziam as mulheres, os elaboradores, as instituições não só de crédito, mas outras instituições do estado de forma que todos se apoiassem e todos eram cobrados para apresentar resultados. Cada comunidade dizia como estava sua proposta, seu projeto, quem estava fazendo, as dificuldades. Essa junção onde era mostrado o interesse do grupo das mulheres, onde o projetista dizia o que estava e não estava fazendo e o porquê, isto foi uma coisa boa porque deu celeridade, efetividade para que o crédito acontecesse”.
(Airton, BNB, Mossoró).

“...tenho certeza que ele veio muito mais para socializar os problemas, por exemplo, o BNB diz que o problema é no Incra, esse diz que está... então vamos colocar os pontos nos is, o primeiro passo importante... não tem como fugir e encaminha”. (Fabiana, Coordenação Oeste, RN).

A junção de pessoas e organizações interessadas e com condições de tomar providências, visando solucionar problemas e propor alternativas, tem sido fundamental para o sucesso do GT, destacando-se a participação ativa das mulheres organizadas. Como principais protagonistas da ação, têm trazido em diversos momentos questionamentos que apontam para um redirecionamento de estratégias de trabalho. Isso fica claro nas falas a seguir:

“As reuniões foram muito interessantes também por conta da participação das trabalhadoras, se fosse só com o técnico terminaria a gente só pensando coisas muito arrumadinhas, bonitinhas. As trabalhadoras traziam aquela coisa real... Elas traziam tudo pra gente, todos os elementos da realidade, o cotidiano, e isso ajudou muito o GT a crescer”. (Cláudia, Terra Viva, Apodi).

“No banco, a gente tem a nossa visão técnica, os elaboradores têm uma visão técnica, mas quando as mulheres, as interessadas, participam trazem a visão da realidade, da necessidade de que trabalhemos como órgão público, realmente fazendo acontecer as políticas públicas”. (Airton, BNB, Mossoró).

A experiência de poder discutir e, na prática, concretizar a elaboração e encaminhamento de projetos produtivos com acompanhamento direto do GT tem repercutido também para o conjunto do movimento de mulheres da região Oeste. Desde então tem aumentado a demanda pela discussão do crédito¹³, a procura por informações sobre o

13 Quando estive na região participei de várias reuniões de comissões de mulheres dos sindicatos rurais e verifiquei que uma de suas principais demandas é a discussão sobre o crédito.

Pronaf Mulher, bem como, a participação das agricultoras nas reuniões dos grupos de mulheres e associações rurais, como relata a seguir Cláudia (Terra Viva, Apodi):

“O pessoal tá sempre perguntando como é que a gente faz pra formar o grupo de mulheres, o que é que a gente pode discutir para chegar onde essas mulheres chegaram. Eu acho que tratar essa temática do Pronaf Mulher é resgatar todo esse processo de construção e organização das mulheres que não foi à toa, nem aconteceu de um dia para o outro”.

Os principais problemas identificados durante os trabalhos do GT de Gênero e Crédito, segundo as/os entrevistadas/as, em sua primeira etapa, dizem respeito principalmente ao acesso ao Pronaf Mulher. Além da dificuldade com a operacionalização das planilhas, os/as entrevistados/as referiram-se à burocracia e morosidade do banco e à inconsistência entre informações nas várias agências e entre distintos funcionários de uma mesma agência; à dificuldade de acesso a DAPs, principalmente devido à falta de estrutura da Emater para atender a demanda¹⁴; à falta de sensibilização em relação às especificidades dos processos produtivos das mulheres agricultoras por parte de algumas entidades de assistência técnica ou de alguns profissionais; à falta de documentação de algumas mulheres; ao temor do endividamento por parte das mulheres e/ou pressão dos companheiros para que não participassem, havendo desistência de mulheres às vésperas de as propostas de crédito serem submetidas à análise nos bancos; ao endividamento indireto das mulheres por meio dos companheiros, o que era desconhecido pelas mesmas até então.

Muitos dos entraves puderam ser resolvidos no contexto do GT, considerando as possibilidades e interesses dos vários segmentos representados. Outros, por estarem além de suas capacidades imediatas, foram encaminhados como reivindicações para outras instâncias e organizações capazes de resolvê-los. Em todo o processo no GT, fica

14 Ficou acordado com o banco o dia 15 de dezembro de 2004 como data final para encaminhamento das propostas referentes ao Plano Safra 2004/2005. O pequeno prazo representou um desafio para a agilização das propostas no GT, demandando bastante trabalho dos/as integrantes, particularmente daqueles/as que eram responsáveis diretamente pela sua elaboração.

evidente que os diversos entraves que se apresentam na relação mulheres-crédito não podem ser solucionados sem que se reconheça e se construa estratégias para lidar com as relações hierárquicas de poder entre homens e mulheres na sociedade.

Novos caminhos: questionamentos, perspectivas e avaliação do GT

As discussões prosseguem no GT do Oeste. Recentemente foi desenvolvida uma planilha para o monitoramento dos projetos produtivos até então contemplados. Persiste o significativo papel dos grupos de mulheres e das entidades de assistência técnica, que acompanham diretamente a execução dos projetos e trazem os subsídios para o acompanhamento pelo GT. Visando à continuidade e maior alcance das ações do GT têm se colocado como estratégia o lançamento de um programa de rádio e de uma campanha informativa sobre as políticas sociais para as mulheres no campo.

O GT permanece como impulsionador da discussão sobre crédito, que cada vez mais cresce como demanda das mulheres na região. Em fevereiro foi realizado um seminário em Natal/RN, aberto a diversos grupos e instituições, para socializar as experiências até então vivenciadas no grupo, discutir e avaliar o que se tem construído. No seminário, reiterou-se a importância do trabalho até então realizado, acenando-se para novas possibilidades no futuro.¹⁵

Embora tenha de início focalizado o Pronaf Mulher, o grupo não pretende se restringir a essa demanda, mas, efetivamente discutir e pensar mecanismos de inserção das mulheres em outras modalidades de crédito. Inclusive, trabalhar visando uma compreensão por parte das instituições e das mulheres de que em muitos casos, elas já estão inseridas em operações de crédito, sem se dar conta. Na maioria das vezes, entretanto, os recursos são geridos pelos homens, considerados chefes ou responsáveis pelas famílias. Compreender esses mecanismos e entraves e buscar alternativas para que as políticas públicas tenham equidade de gênero são pontos importantes na discussão sobre os direitos econômicos

15 O seminário, que foi promovido pela Delegacia Regional do MDA, contou com representações das organizações que fazem parte do GT e outras entidades que atuam na região e em nível nacional, como o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE/MDA), que esclareceu dúvidas sobre diversos aspectos relativos às políticas afirmativas deste ministério, em particular sobre o Pronaf Mulher.

das mulheres, para qual o GT, considerando seus objetivos e área de atuação, tem contribuído.

Tivemos oportunidade de entrevistar algumas mulheres que obtiveram, recentemente, crédito por intermédio do Pronaf Mulher e verificar que, em geral, elas se sentem responsáveis pelo empreendimento que ora estão iniciando, vendo-se como um exemplo que precisa dar certo – tendo em vista serem as primeiras mulheres da região a acessarem o Pronaf Mulher. Para elas, o crédito traz a possibilidade de poderem mostrar sua capacidade de gestão, fazendo com que se sintam mais importantes e valorizadas ao contribuir para melhorar a renda da família.

Verifica-se, por outro lado, um certo receio do fracasso, considerando principalmente os riscos próprios dos investimentos com os quais se envolvem, em particular das atividades agrícolas, o que, entretanto, não as imobiliza, pelo contrário as tem estimulado a buscarem em conjunto alternativas visando soluções. Sobre isto, apresentamos a fala de Antonia e de Ceci, que acessaram o Pronaf Mulher recentemente:

“No início do ano a gente ficou aperreada com aqueles bichos, que o inverno não se controla, mesmo tendo plantado o sorgo, a gente dizia e se não chover como é que a gente vai dar de comer? Mas, graças a Deus, hoje está lá, você vê o partido chegando lá. É a coisa mais bonita aquela área coletiva das mulheres e agora, no final do mês, todas vão para fazer a silagem.”

“Eu fico preocupada de não dar conta daquele projeto que eu estou fazendo, tenho medo de não dar certo e chegar as datas para pagar... É um risco que a gente corre, a gente tem de enfrentar, a gente sempre tem aquele medo de não dar certo, mas confiando em Deus vai dar tudo certo. A gente tem que enfrentar e fazer a parte da gente, até agora tá tudo certo.”

O processo de organização e a capacitação que muitas delas tiveram oportunidade de vivenciar tendem a favorecer o sucesso dos empreendimentos que, conforme colocado, deverão ser acompanhados no GT. Esse acompanhamento visa principalmente

socializar problemas e demandas entre os vários projetos e buscar soluções que atendam aos mesmos, procurando-se construir coletivamente uma forma de gestão que funcione para que as mulheres não fiquem inadimplentes.

Nesse acompanhamento é importante refletir-se sobre as várias etapas do processo de produção, inclusive a comercialização do que se produz, que conforme observado, em alguns casos demanda maiores investimentos. Em relação à comercialização, observa-se que há na região algumas experiências em torno do comércio solidário. Um dos exemplos é o espaço Xique-xique¹⁶, onde vários grupos, associações e cooperativas rurais podem colocar à venda seus produtos e os consumidores/as podem adquiri-los associando-se ao mesmo. Nesse espaço, o grupo de mulheres de Mulunguzinho¹⁷, assentamento da zona rural de Mossoró, revende cestas com legumes e verduras orgânicas a clientes previamente cadastrados. O trabalho delas representa uma experiência que une gênero, agroecologia, organização e economia solidária, apresentando-se como exemplo de alternativa de inserção econômica para mulheres rurais.

O acompanhamento no GT deve levar em consideração que a mudança trazida com o crédito cria um novo contexto, produzindo novos interesses e necessidades, como por exemplo, a construção de creche ou algum outro aparato social para as mulheres com filhos/as pequenos/as. Foi citado por uma entrevistada o caso de uma beneficiária do Pronaf Mulher, mãe de uma criança pequena, que para dar conta de suas atividades tem contado com a solidariedade do grupo produtivo na qual está inserida. Ela tem se sentido pouco à vontade com a situação, estando inclinada a desistir de sua participação no investimento.

Duas entrevistadas apontaram como um dos efeitos da entrada das mulheres na produção – quando, particularmente, passa a usufruir dos resultados financeiros do investimento – uma tendência a que alguns homens se desresponsabilizem do sustento da família, sobrecarregando-as. Nessa perspectiva, como a questão do crédito tem sido conduzida na região, parece fundamental um incentivo à ampliação da discussão sobre as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho, focalizando-se também os homens.

16 Este espaço representa uma alternativa de comércio solidário, prioriza alternativas ecologicamente sustentáveis e tem apoio de várias entidades parceiras, em sua maioria ONGs e grupos organizados de mulheres produtoras rurais.

17 Este grupo obteve financiamento do Pronaf Mulher no Plano Safra 2004/2005.

Os/As vários/as integrantes do GT entrevistados/as fizeram uma avaliação bastante positiva do processo que tem se desenvolvido, apresentando poucas sugestões de mudanças na sua forma, dinâmica de funcionamento ou condução. Enfatiza-se como aspecto mais importante na experiência do GT a articulação entre os/as representantes das diversas instituições e organizações participantes que tem como consequência a concretização dos objetivos propostos. Alguns/as concebem a experiência como um aprendizado, vendo o GT também como um espaço de formação e amadurecimento profissional e organizativo, já que todos/as são desafiados/as a falar, a interagir, propor soluções e contribuir para a sua efetivação.

As sugestões feitas em relação a mudanças ou melhoria no GT passam pela incorporação ao grupo de outras organizações – como universidades e o Banco do Brasil –, que poderão vir a enriquecer ainda mais as discussões contribuindo também para uma maior eficácia de suas ações; estímulo a uma maior participação das representações de mulheres e integração de mais homens ao grupo; participação efetiva dos sindicatos e da Emater; maior participação e envolvimento dos/as integrantes do GT e maior agilidade no trabalho das entidades que representam; antecedência no envio das pautas; e maior objetividade nas discussões e proposições durante os encontros.





3

O GT de Gênero e Crédito, as parcerias e a articulação



Neste tópico, caracterizamos sucintamente as principais entidades e grupos que constituem o GT, demonstrando a contribuição que eles têm dado para seu funcionamento e continuidade. Iniciamos destacando a participação do movimento de mulheres, como o principal protagonista das ações no grupo, em seguida focalizando a contribuição trazida pelo CF8 e pelas entidades de assistência técnica. Por fim, apresentamos a contribuição dos agentes financeiros e demais representações das instituições públicas (MDA, Inbra e PDHC). Enfatizamos, mesmo considerando as distinções entre os vários atores/atrizes, a dinâmica que tem caracterizado o processo de articulação entre os mesmos no contexto do GT.

O processo organizativo das mulheres no Oeste Potiguar

A região do Rio Grande do Norte onde o GT de Gênero e Crédito tem se desenvolvido, conforme já mencionado, apresenta uma importante efervescência política e organizativa, destacando-se neste contexto o movimento de mulheres rurais, que se desdobra em várias instâncias de organização. Desde os grupos de mulheres nos assentamentos e comunidades rurais, a participação nas associações rurais, as comissões de mulheres dos sindicatos e a Coordenação Oeste, núcleo que congrega representação das mulheres de vários municípios da região.

Esses grupos organizados encontram-se regularmente para planejamento, discussão e mobilização em torno das diversas atividades que realizam, que se atêm tanto a questões relacionadas com a vivência das mulheres, quanto a discussões políticas locais ou que dizem respeito à sua inserção na produção, como é o caso do crédito. Segundo as entrevistadas, as principais temáticas abordadas nos grupos de mulheres na atualidade são: geração de renda e crédito, saúde da mulher e da família e violência contra a mulher.

A Coordenação Oeste, por exemplo, núcleo que aglutina diversos grupos de mulheres da região, tem a frente seis mulheres escolhidas nos encontros anuais de trabalhadoras rurais, que representam cinco municípios. Ela se reúne mensalmente junto com as representações dos municípios e tem como principais funções: acompanhar o andamento dos vários grupos, socializar informações entre os municípios, colaborar na resolução de problemas, estimular a formação de novos grupos e a dinamização dos já existentes, levantando questões e propondo eventos.

As mulheres do Oeste têm marcado presença nas mobilizações locais e nacionais, a exemplo da Marcha das Margaridas e da Marcha Mundial das Mulheres. As que fazem parte dos grupos locais ao se deslocarem para eventos e capacitações têm o compromisso de serem multiplicadoras das informações adquiridas. Por tratar-se de uma região na qual há um nível de organização e participação significativo, é grande o fluxo de mulheres para esses encontros, o que tem uma repercussão bastante positiva nas localidades, estimulando o crescimento e amadurecimento dessa forma de organização. Ana, presidente de uma associação rural local, reflete da seguinte forma sobre a organização das mulheres:

“Se a mulher participa, fica por dentro do que está acontecendo, se eu não participo, eu não sei, quer dizer, antes eu não participava não sabia que existia esse mundo e a partir do momento que comecei a participar eu tô vendo outra coisa.”

Há uma significativa participação das mulheres nos sindicatos, nas comissões de mulheres e em suas diretorias. Há críticas, entretanto, por parte de algumas entrevistadas, que afirmam que vários sindicatos ainda não dão o devido apoio às mulheres e suas iniciativas de mobilização, ficando, por vezes suas discussões e atividades à margem das demais questões do sindicato, como “coisas das mulheres”. A participação nas associações rurais também representa uma importante conquista das mulheres, que vêm num movimento crescente de inserção nas decisões que se dão na vida das comunidades. Há entre as mulheres entrevistadas duas presidentes de associações rurais e uma vice-presidente de um sindicato rural de forte presença na região, o de Apodi.

Para muitas mulheres, a participação envolve vários níveis de associação, desde o grupo local, sindicato/associação e Coordenação Oeste. Há sempre o cuidado, entretanto, tanto dentro do movimento de mulheres como das entidades envolvidas para que haja representatividade e rotatividade das mulheres nas atividades de modo que todas possam ter essa experiência, que é bastante importante para sua formação e atuação. Também para que as tarefas relacionadas com a sua mobilização não venham a significar sobrecarga ou atendam a demandas que deveriam ser providas pelas instituições vinculadas ao Estado.

Foi colocado por algumas entrevistadas que muitas mulheres têm dificuldade de se associar aos sindicatos e associações rurais por conta do ônus financeiro que representa essa participação. Ainda que se trate de uma pequena taxa, pesa no orçamento tendo em vista os escassos recursos de que dispõem. Em uma situação em que se têm que escolher algum membro da família para representar o grupo, prevalece a participação masculina, dos maridos e filhos, excluindo-se as mulheres. Esta prática tida como “natural” tem sido objeto de reflexão nos grupos de mulheres, buscando-se alternativas para uma maior inclusão das agricultoras nesses espaços.

Embora a maioria das participantes dos grupos sejam adultas, verifica-se uma significativa representação de mulheres com menos de 30 anos e há algumas ainda muito jovens que já começam a se interessar e se envolver nas várias instâncias de organização. Há inclusive alguns trabalhos promovidos por entidades de assistência técnica e pelo CF8 com jovens rurais. Essas organizações têm favorecido de modo geral a organização das mulheres, com seu trabalho de sensibilização e formação organizativa a partir da perspectiva de gênero.

As mulheres tendem a ver seu processo de participação pública e política de modo bastante positivo, destacando-se mudanças em relação à vivência de um modelo tradicional para qual foram socializadas e à aquisição de novas visões e perspectivas de vida que contribuem não apenas para um crescimento pessoal, com a ampliação de sua visão de mundo, mas também para melhoria de suas condições objetivas de vida. Isto fica evidenciado na fala de Fabiana, que faz parte da Coordenação Oeste:

“Minha educação foi aquela de cuidar dos irmãos, ser cuidada pelo pai mãe e irmãos mais velhos até Jesus dizer amém. Primeiro, esse movimento me oportunizou a me encontrar, encontrar a mulher Fabiana que é capaz de perder a fragilidade. Minha mãe dizia nós não somos capazes de fazer isto ou aquilo. O movimento me fez primeiro essa boa ação de me encontrar como trabalhadora. Eu não sabia se eu era trabalhadora rural, se eu era autônoma, estudante, porque a formação que eu tive na minha casa foi essa: cuidar da casa e dos irmãos e quando casar cuidar do marido. Depois eu fui vendo que não era só eu ter me encontrado, foram surgindo necessidades, eu vivia no campo, as coisas são muito difíceis, eu vi que precisava participar

de outros eventos do sindicato em outros lugares e mostrar para as pessoas que nós do campo somos capazes”.

Ela também destaca outras mudanças em sua comunidade, em função do processo de organização, vejamos:

“Apareceram várias conquistas a partir dessa organização: as cisternas de placas, porque a situação do assentamento é precária ainda na questão da água... Foi um convênio com a Visão Mundial que o grupo de mulheres conquistou e foram surgindo outras conquistas, como o banco comunitário que é bem parecido com o Pronaf Mulher”.

Embora muitas mulheres enfrentem dificuldades para conseguirem participar de grupos organizados, empecilhos que quase sempre mantêm relação com as desigualdades de gênero, elas valorizam bastante a oportunidade que têm de discutir e trabalhar suas questões.

Segundo Fabiana:

“A gente vê uma organização verdadeira de mulheres. Elas buscam uma autonomia, as mulheres têm vontade de se reunir. Hoje, para algumas mulheres, já foi quebrado o tabu de dizer que não vai à reunião toda terça-feira porque tem que fazer minhas coisas domésticas. Ainda existe muitas mulheres que pensam assim, mas existe um grupo que pensa diferente”.

Se o processo organizativo das mulheres tem presença destacada no cenário local, há ainda muito por ser conquistado. Segundo as/os entrevistadas/os, a sobrecarga de trabalho, considerando sua responsabilidade pelas tarefas da esfera produtiva e reprodutiva; a censura da comunidade; a proibição, ameaças ou mesmo uso de violência por parte dos companheiros representam ainda entraves para a participação política e pública de muitas mulheres também nesta região. Há, portanto, necessidade de continuidade e aprofundamento dos processos que favorecem a autodeterminação das

mulheres, entre os quais, o estímulo ao acesso ao crédito e sua inserção em atividades produtivas.

Algumas entrevistadas afirmam que nos assentamentos há um processo mais avançado de sensibilização em relação à questão de gênero em comparação com as comunidades rurais, desfrutando as mulheres de um maior poder de barganha com os companheiros na divisão das tarefas domésticas. Isso é atribuído a um amadurecimento do movimento de mulheres rurais, tendo em vista principalmente o processo de mobilização que culminou com a formação dos assentamentos, onde elas ganharam visibilidade, aprendendo a negociar também com os companheiros. Apontam, ainda, como significativa, em relação a essa questão, a presença de organizações de assistência técnica, que trabalham a perspectiva de gênero, que só recentemente passaram a atuar em algumas comunidades rurais. Isto não significa, entretanto, que se vivencie nesses espaços uma equidade de gênero em contraposição às comunidades rurais tradicionais. A desigualdade de gênero ainda representa um dos principais entraves para a melhoria das condições de vida das mulheres também nos assentamentos rurais.

Fruto de todo esse processo de organização das mulheres, o GT que tem contado com a participação de representações de vários grupos de mulheres da zona rural, de comissões de mulheres dos sindicatos e da Coordenação Oeste. As questões trazidas pelas mulheres se encontram na base de todo o processo no GT, uma vez que representam o principal alvo da política pública que se pretende concretizar e cuja existência em grande medida é resultado de sua militância. Elas têm colocado de modo concreto suas necessidades e preocupações, refletindo e agindo junto com as/os demais integrantes do GT, no sentido de propor soluções e ultrapassar as barreiras encontradas.

O Centro Feminista 8 de Março

O Centro Feminista 8 de Março, mediador do GT e um dos principais responsáveis pela sua instalação, é uma ONG sediada em Mossoró, atuante principalmente na região Oeste do Rio Grande do Norte. O CF8 surgiu a partir da mobilização em torno da questão da violência doméstica e sexual contra a mulher no início dos anos 90, passando posteriormente a abordar outras temáticas relativas à desigualdade nas relações de gênero. Seu caráter militante transformou a entidade em referência feminista no Oeste Potiguar, sendo atualmente responsável pela promoção e organização de vários eventos

e manifestações do movimento de mulheres em Mossoró e nos demais municípios da região, e desenvolvimento de diversos projetos em conjunto com vários parceiros, entre os quais o MDA, o Incra e o PDHC.

Como parte de sua atuação, o CF8 promove a auto-organização das mulheres em bairros e assentamentos rurais, procurando fortalecer sua participação no movimento social organizado. Essa atuação, segundo uma de suas integrantes, baseia-se numa visão de que a perspectiva de gênero não muda apenas o olhar das mulheres sobre si mesmas, mas a própria forma como elas se relacionam com seu meio, como produzem e buscam atingir seus objetivos. Na zona rural acompanham oito grupos de mulheres situados em assentamentos e comunidades rurais, em muitos dos quais as agricultoras desenvolvem projetos produtivos.

Um dos aspectos mais relevantes em relação ao Centro e que se relaciona diretamente com a experiência do GT é a capacidade de aglutinar em torno de si pessoas e grupos representativos de entidades as mais diversas, graças ao reconhecimento por parte destes/as de seu trabalho que também confere legitimidade para as iniciativas que propõe. Sua presença, puxando as discussões, articulando as ações e as parcerias, representou um passo importante para a formação e consolidação do GT. Sua coordenação tem sido vista pelos/as entrevistados/as como um elemento que vem a somar para a concretização dos objetivos e sucesso do GT. Para o futuro, algumas entrevistadas acenam para a possibilidade de se exercitar uma nova dinâmica, com a alternância na condução do GT pelas distintas organizações e grupos que o integram.

As entidades de assistência técnica

A região onde o GT acontece abriga um elevado número de assentamentos de reforma agrária, muitos dos quais de instalação recente, verificando-se a presença de várias entidades de assistência técnica¹⁸ vinculadas ao terceiro setor. Aquelas com as quais pudemos estabelecer contato durante a pesquisa foram criadas nos anos 90 e são compostas por profissionais de nível superior e médio com formação voltada para as Ciências Agrárias (em sua maioria) e Sociais. A constituição destas ONGs atende a

18 As entrevistadas ora falavam de assessoria técnica ora de assistência técnica, ao que parece utilizando os termos como sinônimos. Optamos por seguir esse modelo neste texto, mesmo entendendo que os termos apresentam distintos sentidos e conotações.

uma demanda vinculada ao processo de reforma agrária e desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar, considerando o sucateamento de grande parte da assistência técnica rural vinculada ao Estado nas últimas décadas.

A existência de universidades federais e estaduais em alguns municípios da região favorece a que muitos/as jovens desta região, inclusive oriundos/as da zona rural, se graduem. Isso resulta numa significativa atuação local desses/as profissionais, tendo em vista que muitos/as deles/as após graduar-se continuam trabalhando em suas comunidades, mantendo os laços e contribuindo para seu desenvolvimento, a exemplo de grande parte dos que fazem a assistência técnica e extensão rural na região. Tivemos oportunidade de conhecer várias/os dessas/es profissionais durante a investigação que deu origem a este texto.

Há nas entidades voltadas à assistência técnica, cujas/os profissionais entrevistamos, uma pessoa, em geral, mulher, que trabalha mais diretamente com a perspectiva de gênero, prestando assessoria a grupo de mulheres das comunidades rurais e comissões de mulheres dos sindicatos rurais, quase sempre com formação em Serviço Social ou Sociologia. Conforme pudemos constatar, embora haja um esforço no sentido do reconhecimento da perspectiva de gênero no trabalho com homens e mulheres, em muitos casos, nem todos os profissionais são sensibilizados, reiterando-se em sua atuação a divisão sexista entre produção e reprodução, em que técnicos, quase sempre homens, discutem e orientam os agricultores (homens) em relação à produção, desconsiderando a participação das mulheres, ou mesmo desvalorizando suas iniciativas produtivas, relegadas a um segundo plano, assim como o trabalho de formação organizativa e as discussões com as agricultoras. Se isso ocorre nas entidades que em princípio desenvolvem um trabalho com as mulheres, supostamente reconhecendo as desigualdades de gênero, é importante considerar que há outras que nem sequer levam em consideração essa perspectiva.

A atuação da assistência técnica e extensão rural ao longo de sua história tem desfavorecido a inserção social e econômica das mulheres e, conforme colocam algumas entrevistadas, precisa ser revista. Sobre isto, relatamos o depoimento de Conceição, do CF8:

“Uma coisa que a gente aprendeu nesse GT é que a gente vai ter que lutar para mudar o modelo de assistência técnica porque as mulheres não têm acesso à assistência técnica. É muito comum a gente chegar no

assentamento e o técnico perguntar: 'Cadê Seu Zé?' Aí diz: 'Tá não'. E ele passa direto como se Dona Maria não fosse assentada, trabalhadora rural. Esse aprendizado a gente tirou.”

Ela afirma ainda que o sexismo presente na atuação da assistência técnica se torna mais evidente quando as mulheres conseguem expressar seus interesses e propostas:

“O modelo de assistência técnica é construído para as mulheres não terem acesso. Se as entidades pensam em uma equipe multidisciplinar você pensa em um agrônomo que é quem faz os projetos e cuida da produção, muitas vezes ele não é sensível para a questão, agora o mais complicado é que esse agrônomo que era responsável por fazer 300 projetos, quando surge a demanda das mulheres, é responsável em fazer 600. E quando ele tem que optar, escolhe os dos homens...”

Há, por outro lado, nas localidades analisadas, todo um esforço, que envolve o CF8 e várias entidades de assistência técnica (em particular as pessoas que lidam mais diretamente com a questão de gênero), no sentido de quebrar essas dicotomias, principalmente, por meio do incentivo à inserção das mulheres nos espaços de decisão (associações, sindicatos, entre outros) e nos espaços e processos relacionados com a produção. A maioria das técnicas que atuam junto aos grupos de mulheres tem uma formação em gênero e uma visão política que tende a favorecer um avanço da organização e consciência de direitos por parte das mulheres.

As entidades de assistência técnica têm um papel importante no GT, uma vez que representam o principal elo com as comunidades locais graças a sua constante atuação nas localidades, particularmente, por serem responsáveis pela elaboração dos projetos produtivos. Foram elas junto com as representações das mulheres que trouxeram informações que subsidiaram as indicações sobre os grupos que poderiam ter suas propostas acompanhadas no GT. Elas também apontam questionamentos e detectam problemas que têm sido alvo de discussão e ação no GT, entre os quais, as dificuldades com a operacionalização das planilhas e em relação à aquisição da DAP, participando ativamente na sua resolução. Na atualidade, elas continuam como importantes

interlocutoras das discussões, acompanhando diretamente a implementação dos projetos monitorados pelo GT.

Os agentes financeiros

O Banco do Nordeste do Brasil tem integrado o GT desde seu início e trazido uma importante contribuição para as discussões e encaminhamentos no grupo. O BNB é o maior banco de desenvolvimento da América Latina e apresenta, como distinção principal em relação às demais instituições financeiras, o compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável na região Nordeste. Entre seus objetivos encontra-se a execução de uma política de desenvolvimento capaz de contribuir para a construção de um padrão de vida compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades da região. É dentro dessa característica e na perspectiva do crédito como política social que se coloca como um dos principais operadores do Pronaf¹⁹.

Os representantes do BNB têm sido bastante solicitados, se colocando à disposição para resolver problemas que lhes dizem respeito mais diretamente no GT. Destaca-se nesse sentido a já referida capacitação oferecida aos/as técnicos/as elaboradores/as das propostas do Pronaf Mulher, tendo em vista as dificuldades relatadas pelos/as mesmos/as em relação à operacionalização das planilhas referentes a essa linha de crédito. Também dando vários esclarecimentos sobre o funcionamento das linhas de crédito e sobre as normas relativas à sua concessão.

Segundo um agente de desenvolvimento entrevistado, há bastante interesse do banco em que as mulheres tenham acesso ao crédito, não apenas por tratar-se de uma política pública que visa à inclusão social, mas, também tendo em vista a existência de dados que indicam que elas apresentam um menor índice de inadimplência, o que resulta numa maior possibilidade de retorno do investimento e do crédito cumprir seu papel social.

Se há uma perspectiva positiva do banco em relação ao acesso ao crédito pelas mulheres, há ainda muito por ser aperfeiçoado nessa relação. Em se tratando do Pronaf Mulher, mais especificamente, há queixas por parte dos/as entrevistados/as sobre a complexidade das planilhas, que criam dificuldades para os/as técnicos/as, particularmente quando se

19 O Banco do Brasil também opera as linhas de crédito do Pronaf na região, mas não enviou representantes para o GT.

trata de atividades menos convencionais, como algumas com as quais as mulheres trabalham; de falta de informação ou inconsistência nas informações em algumas agências e incoerência e desencontros no que se diz em distintas agências, tanto no BNB quanto no Banco do Brasil e/ou por parte de alguns funcionários/as desses bancos; de falta de continuidade em relação ao atendimento – cada vez um/a funcionário/a atende, não havendo um acompanhamento adequado das propostas; de imposição de avalista, não deixando-se espaço para a escolha, o que contribui para a ocorrência de conflitos e prejuízos futuros; da excessiva burocracia e morosidade no andamento dos processos; e que os/as funcionários/as em sua maioria não levam em consideração as desigualdade de gênero, reproduzindo, por vezes, valores tradicionais e preconceitos sobre a relação das mulheres com as questões relacionadas à produção ou às finanças.

Em um sentido mais amplo, a relação entre as mulheres e as agências financeiras pode ser entendida a partir da tradicional divisão entre os espaços público/da produção/masculino e privado/da reprodução/feminino e suas repercussões. A instituição financeira e o projeto produtivo tendem a ser vistos como local e atividades de e para homens, o que dificulta de várias maneiras o acesso das mulheres ao crédito, criando barreiras, tanto por parte dos/as agentes e seus/suas representantes. Em muitos casos, esses/as agentes não reconhecem a importância do crédito para as mulheres rurais, por vezes desqualificando-as para o mesmo. Diante disto, as mulheres, se não tiverem uma reflexão e amadurecimento sobre o sentido do que pretendem conquistar e sobre seus direitos, tendem a não levar adiante suas iniciativas.

O GT tem sido, dentro do limite de seus objetivos, também um espaço de interação e reflexão em torno dessas questões. A participação dos agentes financeiros tem garantido, além de medidas mais práticas e pontuais como as já citadas, que se possa pensar em estratégias que venham a refletir-se num melhor acolhimento das mulheres e de suas iniciativas em relação ao crédito também nas agências financeiras.

Os órgãos governamentais

O MDA, Incra e PDHC

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), principalmente por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), tem desenvolvido políticas que visam promover, articular e elaborar ações transversais que

levem em conta as necessidades de inclusão social, especialmente no que diz respeito aos direitos econômicos, das mulheres. Muitas dessas políticas representam reivindicações históricas dos movimentos de mulheres, que passam a ser discutidas e muitas delas implementadas.

O reconhecimento da dimensão de gênero como um dos elementos estruturantes da dinâmica social do campo no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi um passo importante a partir do qual se tem tomado medidas visando uma sensibilização para as especificidades das vivências, interesses e necessidades das mulheres por parte da assistência técnica e extensão rural, na infra-estrutura, educação e cidadania.

Uma das ações implementadas, que diz respeito diretamente ao objeto deste texto, foi a criação do Pronaf Mulher, inovação apresentada pelo MDA no Plano Safra 2003/2004, com a pretensão de ampliar a capacidade geradora de renda da unidade familiar, a partir das atividades econômicas agrícolas e não-agrícolas exercidas pelas mulheres. Buscou-se um aperfeiçoamento no Plano Safra seguinte, desenvolvendo-se paralelamente atividades com objetivo de estimular o acesso ao crédito pelas mulheres.

Nessa perspectiva criou-se também no MDA, por meio do PPIGRE, um Grupo de Trabalho de Gênero e Crédito, que visa aprofundar a discussão em torno da elaboração de uma política de financiamento da agricultura familiar afinada com as necessidades específicas das mulheres, procurando ampliar e qualificar o acesso delas ao crédito, acompanhar e promover o controle social do Pronaf Mulher.

Conforme pôde-se verificar, a partir da experiência aqui relatada, há ainda muito por ser feito e aperfeiçoado para que essas políticas públicas tomem a dimensão almejada e resultem num impacto efetivo para as mulheres rurais e suas famílias. Foram colocadas como principais demandas em relação ao crédito para as mulheres, que dizem respeito mais diretamente a esse órgão: a criação de mecanismos que favoreçam uma participação ativa das mulheres no acesso às linhas de crédito que têm como objeto a família, como as várias linhas de crédito do Pronaf; a ampliação do limite do teto do Pronaf Mulher e a desvinculação de seu acesso à adimplência em relação a outras formas de crédito contraídas em nome do grupo familiar, como forma de favorecer sua autonomia.

O GT conta com um representante da Delegacia do MDA no Rio Grande do Norte, que tem contribuído nas discussões, principalmente prestando esclarecimentos sobre as questões que lhe dizem diretamente respeito em relação ao crédito ou correlatas,

colaborando para a resolução de dificuldades concernentes ao seu campo de atuação e no encaminhamento de questões para discussão e possíveis aperfeiçoamentos junto ao PPIGRE e ao MDA. Foi significativa também sua participação na articulação e promoção dos seminários que implantaram, discutiram e avaliaram o GT.

O Incra, na qualidade de executor da reforma agrária no Brasil, constitui-se num parceiro essencial na discussão e implantação de ações relacionadas à questão do crédito. Destaca-se sua atuação no sentido de dar cumprimento ao que foi estabelecido no PNRA em consonância com o MDA. A obrigatoriedade de titulação conjunta da terra para casais em união estável ou unidos legalmente, a Campanha de Documentação das Mulheres Rurais e a sensibilização para a questão de gênero por parte da assistência técnica estão entre algumas das medidas que vêm sendo encampadas por esse órgão em atenção às reivindicações do movimento de mulheres rurais.

Trata-se de ações que mantêm relação direta com a questão do acesso das mulheres ao crédito, como mecanismo que visa sua introdução à produção remunerada. Não obstante sua importância, pois, a falta de documentos, por exemplo, representa um entrave para a cidadania, limitando ainda mais as possibilidades de atuação das mulheres, conforme pôde-se verificar em relação ao Oeste Potiguar, persiste ainda a demanda por ações que tenham repercussão mais efetiva para as mulheres.

A representante do Incra no GT tem contribuído para as discussões e ações do grupo, encaminhando reivindicações e procurando resolver entraves relacionados à sua área de atuação e colaborando na articulação dos eventos propostos no GT. A aquisição da DAP; obstáculos para obtenção desse documento pelas mulheres; a questão dos avalistas inadimplentes – quando os companheiros das mulheres que pleiteiam o crédito têm como avalistas pessoas inadimplentes, o que as impedem de encaminhar suas propostas de Pronaf Mulher – foram algumas das preocupações que resultaram em encaminhamentos por parte dessa representação.

O GT contou também com representação do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC). Trata-se de uma entidade ligada à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do MDA, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento humano-local-sustentável em zonas do semi-árido do Nordeste, com atuação significativa no apoio à pequena produção, particularmente estimulando a organização e participação em projetos produtivos pelas mulheres.

Desde sua formulação incorporou a perspectiva de gênero, desenvolvendo-a como transversal em suas ações e por ações afirmativas. O PDHC tem uma atuação significativa na região, incentivando o trabalho de formação organizativa das mulheres rurais e sua inserção em atividades produtivas desde a década de 90. É nesse marco que tem se dado a participação de seus representantes no GT, colaborando nas discussões e encaminhamentos de ações, e no processo de articulação, promovendo a participação das mulheres e apoiando os eventos propostos no GT.





4

Considerações finais



Neste texto, relatamos a experiência do Grupo de Trabalho de Gênero e Crédito do Oeste Potiguar, focalizando sua configuração, as atividades que tem desenvolvido, sua dinâmica de funcionamento, dificuldades e possibilidades presentes em sua abordagem acerca da realidade. Destaca-se nessa iniciativa a visão do crédito como instrumento capaz de fomentar a inserção das mulheres rurais em atividades produtivas remuneradas, visando a melhoria da qualidade de vida, corroborando junto com outras iniciativas para a manutenção das famílias rurais em suas áreas de origem.

A descrição da experiência partiu da percepção de seus resultados positivos, considerando principalmente a riqueza do processo de articulação entre pessoas e organizações em torno de objetivos comuns. Nesse sentido, acreditamos que pode servir como inspiração para experiências semelhantes ou criação de novas alternativas que dêem conta das demandas sociais das mulheres rurais e de outros grupos sociais. A descrição, o levantamento de questões e a discussão das temáticas aqui expostas visam forjar um retrato o mais próximo possível do que de fato tem ocorrido, que dê conta das particularidades locais, dando margem também a uma visão das possíveis semelhanças com outros contextos.

Em relação às especificidades da realidade local, destacamos que o GT foi constituído no Oeste Potiguar por grupos e organizações, muitas das quais já mantinham algum tipo de relação, atuam ou atuaram conjuntamente; que há na região uma história de mobilização social sendo forte a presença do movimento de mulheres, verificando-se também uma atuação importante de entidades vinculadas ao terceiro setor que articulam-se diretamente com esse movimento e com organizações públicas/governamentais; que entre as várias entidades e grupos envolvidos há uma compreensão semelhante sobre a importância de se buscar alternativas para promover mudanças sociais que atinjam a vida das mulheres e da população rural.

Em comum com outras realidades possivelmente encontram-se muitos dos entraves que dificultam o acesso das mulheres ao crédito e a sua inserção produtiva, que dizem respeito diretamente às relações hierárquicas de gênero, que ainda persistem sob diversas formas nos vários cenários rurais e urbanos de nossa sociedade.

Para o futuro, o GT de Gênero e Crédito do Oeste Potiguar deve seguir aprofundando e ampliando o foco da reflexão e da ação, possivelmente, ampliando o leque para a discussão de novas temáticas e possibilidades de atuação, trazendo para discussão outras pessoas e organizações. A abertura para a pluralidade de pensamentos pode ser

um caminho interessante, desde que se possa construir perspectivas de ação conjunta. É fundamental se estar atento para os riscos do processo que se constrói, entre os quais, o de se constituir uma tutela das ações e proposições das mulheres, daí a importância de que o GT continue tendo como eixo central o protagonismo das mulheres rurais, de suas necessidades e interesses; que de fato elas, não apenas no GT, mas na gestão de seus projetos produtivos, sigam como os verdadeiros sujeitos das ações.





5

Referências bibliográficas



ALVES, M.F.P.A. E homem trabalha que nem a gente. Um estudo sobre gênero e trabalho feminino numa comunidade rural do agreste pernambucano. Dissertação de mestrado, UFPE, Recife, 1996.

EM QUESTÃO. Boletim editado pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, n.290. Brasília, 08 de março de 2005.

MULHERES E SEMI-ÁRIDO: Diagnóstico de gênero do território de Apodi. Caderno 8 de Março, Centro Feminista 8 de Março, Rio Grande do Norte, 2003.

MARTINEZ, C. J. J. Gênero, eqüidade e cidadania. In: Documento síntese do Seminário Internacional Eqüidade de Gênero e Desenvolvimento Sustentável nos Territórios Rurais. IICA, São Luís, 2004.

MINAYO, M.C.S. Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. Vozes, 2000.

NEAD. Boletim. No. 223. (www.nead.org.br/boletim).

PÁGINAS FEMINISTAS. Revista do Centro Feminista 8 de Março; maio de 2003, ano 1.n.1.

PINHEIRO, M.I.S. Eqüidade de gênero e políticas públicas (conferência magna). In: Documento síntese do Seminário Internacional Eqüidade de Gênero e Desenvolvimento Sustentável nos Territórios Rurais. IICA, São Luís, 2004.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF/BNDES. (bndes.gov.br/programas/agropecuários/pronaf.asp).

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF. (www.bcb.gov.br).

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e realidade, Porto Alegre, 1990.

SILVA, T.G. A liberdade é lilás. Dissertação de mestrado, UFRN, 1997.

Sistematização das reuniões de GT de Gênero e Crédito. (1.a a 5.a reunião). Documento fornecido pelo Centro Feminista 8 de Março, Mossoró, 2004.

Sistematização do Seminário Política de Crédito e Assistência Técnica Rural: construindo ações de igualdade. Documento fornecido pelo Centro Feminista 8 de Março, 2004.

IBGE (Fundação Instituto de Geografia e Estatística). Censo de 2000, 2002, Rio de Janeiro.



Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA)

O NEAD/MDA é um espaço de reflexão, divulgação e articulação institucional com diversos centros de pesquisa, universidades, organizações não-governamentais, movimentos sociais e agências de cooperação, nacionais e internacionais.

As ações do Núcleo são orientadas pelo desafio de contribuir para ampliar e aperfeiçoar as políticas públicas de reforma agrária, de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e do etnodesenvolvimento das comunidades rurais tradicionais, com destaque para a atuação junto às mulheres rurais, comunidades quilombolas e juventude rural.

Com o objetivo de democratizar o acesso às informações e estimular a participação social, a parceria entre o NEAD/MDA e mais de 40 centros permite a produção e publicação de estudos, a disponibilização pública de bases de dados, a realização de seminários e debates, dentre outras iniciativas.

Algumas das temáticas tratadas no âmbito das cooperações institucionais são Questão Agrária, Integração regional e negociações internacionais, Memória e Cultura Popular, Gênero e Desenvolvimento Rural e Nova dinâmica do meio rural.

Como forma de propiciar o debate e a troca de experiências com entidades parceiras e demais segmentos da sociedade, o NEAD/MDA também disponibiliza uma memória dinâmica relacionada a desenvolvimento rural por meio do Portal NEAD (<http://www.nead.org.br/>), onde podem ser acessados o boletim semanal NEAD Notícias Agrárias, as publicações editadas pelo Núcleo e diversos textos digitais.

Além dessas iniciativas, o NEAD/MDA tem lançado, ao lado de várias instituições, concursos que buscam valorizar as pesquisas existentes e incentivar a produção de estudos empíricos e acadêmicos sobre temas referentes ao desenvolvimento rural. A proposta é promover o desenvolvimento do pensamento crítico, subsidiando a formulação, implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas para a área.

Acesse **www.nead.org.br**

Mais informações: **fale@nead.gov.br** ou **(61) 3328 8661**

Endereço: SCN, Quadra 1, Bloco C, Ed. Brasília Trade Center, 5º andar, sala 506

Brasília, DF CEP 70711-901

